



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Judicialização de medicamentos. Incompletude das informações fornecidas. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 308/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, sobre gastos com judicialização de medicamentos, o impacto no orçamento estadual e quantidade de pessoas beneficiadas entre 2013 e 2017, assim como os tipos de itens mais recorrentes e o medicamento mais caro custeado.
2. O ente apresentou resposta em grau recursal, fornecendo dados sobre os gastos com demandas judiciais, a quantidade de ações vigentes e o impacto no orçamento da Secretaria, citando exemplos dos itens mais recorrentes e dos mais caros. Insatisfeito, o interessado apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a complementar as informações enviadas, quedou-se inerte.
3. Primeiramente, recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
4. No caso em apreço, o ente enviou parte das informações requeridas – gasto aproximado com demandas judiciais, número de ações, porcentagem de seu orçamento e itens mais frequentes e mais caros – sem, contudo, fornecer detalhes sobre as informações segregadas por ano, quantidade de pessoas que recebem esses medicamentos, item mais caro e em razão de qual decisão.
5. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda de informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas

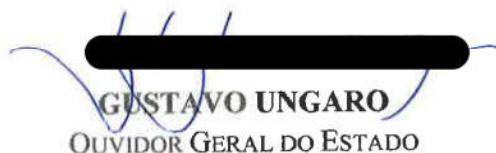


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

circunstâncias legalmente previstas. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.

6. Ante o exposto, em razão da falta de completo atendimento da demanda até o presente momento, **conheço do recurso e, no mérito, dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, devendo-se adotar, nos termos do §2º do artigo 20 do aludido Decreto, as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 20 de dezembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL